



## FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA - FVA

TERMO DE REFERÊNCIA N° 01dez/2014

**OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA** (pessoa física ou pessoa jurídica) para realizar um estudo de governança e sustentabilidade financeira do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN) que contemple mecanismos de sustentabilidade financeira, arranjos de governança, potenciais financiadores e doadores e projeto “guarda-chuva” para a implementação do Plano de Ação do MBRN. Este processo deverá ser conduzido de forma articulada com o Conselho do MBRN.



**INSTUIÇÕES PARCEIRAS:** **ACS** (Associação das Comunidades Sustentáveis do Rio Negro); **AMORU** (Associação dos Moradores do Rio Unini), **FOPEC** (Fórum Permanente de Defesa das Comunidades Rurais do Município de Manaus); **FVA** (Fundação Vitória Amazônica); **IPÊ** (Instituto de Pesquisas Ecológicas).

**DATA:** 17/12/2014

## 1. ANTECEDENTES

A Amazônia abriga a maior floresta tropical do mundo e contém um terço de todas as florestas tropicais remanescentes. A região, compartilhada por nove países sul-americanos, ocupa quase a metade do território brasileiro – 4,1 milhões de km<sup>2</sup> – e é cortada por mais de mil rios, formando a maior bacia hidrográfica do planeta. Ela também guarda uma enorme quantidade de carbono, possui uma imensa riqueza biológica, com milhões de espécies – muitas das quais ainda desconhecidas da ciência – e tem uma riqueza cultural igualmente diversa, com populações tradicionais e indígenas de longa e rica tradição no convívio com a floresta. Esse imenso patrimônio possui programas de conservação à altura dos desafios e necessidades da gigantesca região que o abriga.

A Lei nº 9.985 instituiu em 18 de julho de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que define em âmbito geral, quais são as categorias de UC's, seus objetivos e a forma de gestão. Assim foram criadas duas grandes classes de UC's: Unidades de conservação de proteção integral (UCPI) e Unidades de conservação de uso sustentável (UCUS).

A região do Baixo Rio Negro insere-se no Corredor Ecológico da Amazônia Central (CCA), maior área de proteção ambiental contínua do mundo. A importância ecológica e social dos ecossistemas do Baixo Rio Negro é evidenciada pela grande diversidade biológica, o que lhe confere a classe de área de extrema importância para conservação segundo o Relatório “Biodiversidade Brasileira” (MMA, 2002).

O território do CCA abriga em seu interior a Reserva da Biosfera da Amazônia Central (RBAC) com cerca de 20 milhões de hectares, e o Sítio Natural do Patrimônio da Humanidade, Complexo de Conservação da Amazônia Central, com cerca de 6 milhões de hectares, reconhecido pela UNESCO em 2003 com a incorporação do PARNA de Anavilhanas, RDS Amanã e parte da RDS Mamirauá ao Sítio Natural do PARNA do Jaú, reconhecido desde 2000 (UNESCO .d.). As três estratégias de gestão territorial reforçam “a relevância mundial dessa região e a urgência de ações concretas de conservação e desenvolvimento sustentável” (MMA 2007a: 49).

A região do Baixo Rio Negro é composta ainda por um mosaico de áreas protegidas, o que reafirma a importância da conservação dessa região também na

esfera nacional. Com vistas a ampliar o envolvimento da sociedade local a gestão deste território deve buscar o fortalecimento e a integração entre a gestão das diferentes áreas protegidas que o compõem estimulando sempre que possível a participação ativa dos atores direta ou indiretamente relacionados a estas UCs.

### **1.1. Contextualização**

O Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN) foi reconhecido pelo MMA através da portaria N. 483, de 14 dezembro de 2010 (MMA 2010). O MMA propôs a criação e implementação de mosaicos nos biomas brasileiros para melhorar a eficiência e representatividade das áreas protegidas no que concerne à carência de recursos humanos e financeiros, ao isolamento das áreas protegidas em termos de gestão e proteção, e à repartição justa dos benefícios da criação destas áreas com os povos tradicionais que vivem em seu interior ou entorno (MMA 2007b, Cardoso et al. 2009). O MBRN abrange um território de mais de 8 milhões de hectares onde existe um conjunto de UCs de proteção integral e uso sustentável criadas nas esferas municipal, estadual e federal em diferentes momentos e contextos (FVA 2005; 2011), conforme ilustrado na figura 1.

Integram o MBRN as seguintes UCs e respectivas zonas de amortecimento (MMA 2010): na esfera federal, sob gestão do ICMBio: 1) PARNA de Anavilhanas; 2) PARNA do Jaú; e 3) RESEX Rio Unini; na esfera estadual, sob a gestão do CEUC/SDS: 4) Parque Estadual do Rio Negro – setor Sul; 5) Parque Estadual do Rio Negro – setor Norte; 6) APA da Margem Direita do Rio Negro – setor Puduari-Solimões; 7) APA da Margem Esquerda do Rio Negro – setor Aturiá-Apuauzinho; e) APA da Margem Esquerda do Rio Negro – setor Tarumã-açu-Tarumã-mirim; 8) RDS Rio Negro; e 9) RDS Amanã; na esfera municipal, sob gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) da Prefeitura de Manaus: 10) RDS do Tupé (figura 1).

O reconhecimento do MBRN foi proposto por meio de um projeto do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) submetido ao Fundo Nacional de Meio Ambiente em 2005. Desde sua criação até março de 2011, quando ocorreu a última oficina de capacitação do MBRN na comunidade Lago das Pedras, da RESEX Rio Unini, foram realizadas diversas ações de mobilização promovidas pelo IPÊ e demais parceiros em “espaços participativos trans-escalares, envolvendo a sociedade

civil, comunidades tradicionais, Estado, municípios e empresas a nível local e instituições a nível regional e nacional” (Cardoso et al. 2009: 1).

Estas ações incluíram reuniões, seminários, cursos e oficinas de capacitação que contaram com a participação dos gestores das UCs, representantes de governo, ONGs, associações e moradores das comunidades locais e culminou com a elaboração de um Plano de Ação do MBRN estruturado em Programas e subprogramas, com atividades definidas e metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo. Este Plano de Ação possui um orçamento aproximado previsto para sua implementação e, recentemente, o Plano passou por uma revisão e atualização.

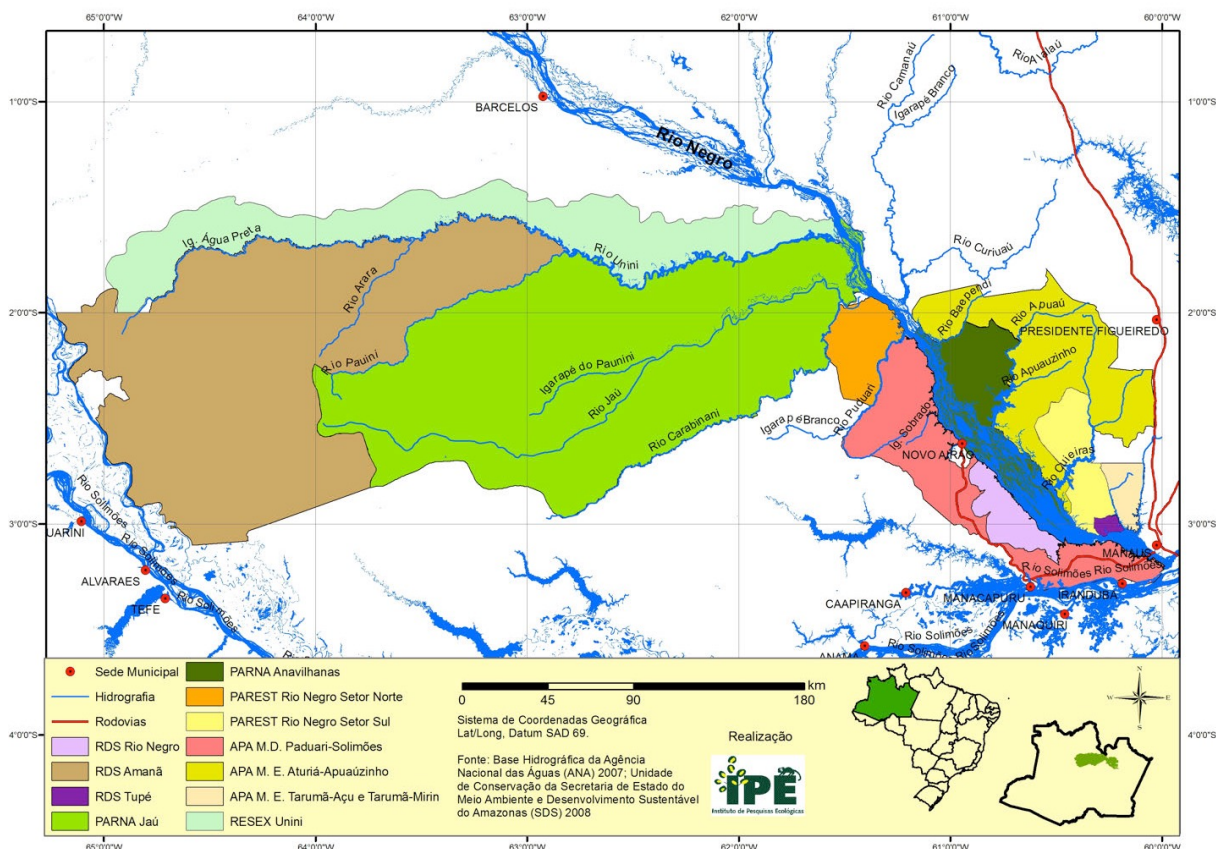


Figura 1 – Localização do Mosaico do Baixo Rio Negro (IPÊ 2010).

O serviço a ser contratado insere-se no conjunto de ações previstas para a implementação do plano de ação do Mosaico do Baixo Rio Negro.

## 2. JUSTIFICATIVA

A gestão integrada de mosaicos é uma tarefa desafiadora para todos os atores envolvidos, principalmente considerando a natureza multi-nivelada da gestão em diferentes esferas de governo. Por outro lado, quando as organizações envolvidas na gestão de mosaicos compartilham a mesma visão estratégica de implementação e de conservação para o território, este contexto complexo pode desencadear processos e ações que fortalecem as relações entre os atores, alavanca a busca por parcerias, otimiza a aplicação e uso de recursos no território do mosaico; e viabiliza a realização de ações integradas entre diferentes atores (Pinheiro, 2010).

O Mosaico do Baixo Rio Negro, reconhecido em dezembro de 2010, teve seu Plano de Ação finalizado em 2011 e revisado em agosto de 2014, e seu conselho consultivo está em funcionamento desde 2011 com reuniões regulares 3 vezes ao ano. O MBRN não possui recursos financeiros próprios e seu funcionamento básico ocorre com recursos oriundos das UCs que o compõem e com aportes de parceiros. O Conselho do MBRN conta com o apoio de uma Colegiado de Captação de Recursos (CP) composto pelos órgãos gestores das UCs e organizações conselheiras da sociedade civil. Este CP foi formado no intuito de apoiar à presidência do Conselho e de agilizar alguns processos de tomada de decisão. Porém, ao longo desses anos, o Conselho do MBRN vem sentindo dificuldade na operacionalização do Mosaico com a sua estrutura atual e vem discutindo a necessidade de adequar essa estrutura para dinamizar o funcionamento e a implementação do mesmo. Neste sentido, uma das limitações para o Conselho do Mosaico é identificar o melhor arranjo de governança para atender esta necessidade.

Outro desafio do MBRN para seu conselho é a questão de sua manutenção ao longo do tempo, pois o Mosaico não possui recursos próprios para executar as atividades mínimas necessárias para seu efetivo funcionamento, tanto para o Conselho, como para implementar seu Plano de Ação. Assim sendo o MBRN está buscando alternativas tanto de financiamento de suas atividades como de gestão de recursos destinados ao mosaico.

Por fim, vale ressaltar o papel determinante que o MBRN tem frente aos processos de expansão urbana e de consolidação da Região Metropolitana de Manaus, o que soma à complexidade do território e amplia ainda mais a necessidade de fortalecimento das ações estratégicas do MBRN.

Frente a esses desafios e na busca de possíveis soluções, o Conselho do Mosaico solicitou a busca por um profissional qualificado que apoie a identificação dos melhores arranjos para a governança e a sustentabilidade financeira do MBRN.

### 3. OBJETIVOS

#### 3.1. Objetivo geral

Realizar um estudo de sustentabilidade financeira e de governança do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN) que contemple possibilidades de financiamento e o melhor arranjo para a gestão de recursos e da estrutura organizacional para o funcionamento do Mosaico (governança) e uma proposta de projeto para captação de recurso para a implementação do Plano de Ação do MBRN. Este processo deverá ser conduzido de forma articulada com o Conselho do MBRN.

#### 3.2. Objetivos específicos:

**3.2.1.** Identificar, descrever e avaliar os possíveis **arranjos de governança** para a gestão de recursos financeiros destinados à implementação e gestão do MBRN. Por **Arranjos de Governança** entende-se: estrutura organizacional composta pelos membros e estruturas de gestão do MBRN com vistas à eficiente comunicação, colaboração e gestão das atividades do mosaico. Aqui também estão contempladas as personalidades jurídicas, estruturas de apoio e organizações parceiras ou terceirizadas aptas à gestão de recursos físicos, humanos e financeiros destinados ao MBRN. **PRODUTO ESPERADO I – Estudo consolidado apresentando opções de arranjos de governança, análises de viabilidade e recomendações para o MBRN.**

**3.2.2.** Identificar, descrever e avaliar os diferentes **mecanismos de sustentabilidade financeira** existentes com vistas à implementação do Plano de Ação do MBRN. Por **Mecanismos de Sustentabilidade Financeira** entende-se: os mecanismos formais, legalmente instituídos ou não, os recursos econômicos e financeiros, as rotinas, diretrizes e estratégias institucionais do MBRN com vistas à sua manutenção financeira e operacional. **PRODUTO ESPERADO II.a – Estudo consolidado apresentando os diferentes mecanismos de gestão**

financeira, mecanismos legais para sustentabilidade de Mosaicos de UCs e propostas para adequação do MBRN.

**3.2.3.** Mapear e organizar **potenciais fontes de financiamento e doações** para implementação do Plano de Ação do MBRN. Por **Potenciais Fontes de Financiamento e Doações** entende-se: todas as formas de captação de recursos, incluindo às estabelecidas em lei, como por exemplo compensações ambientais e recursos provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e etc., fundos públicos ou privados, doadores nacionais e internacionais, empresas, indivíduos, etc.

**PRODUTO ESPERADO II.b – Estudo consolidado contendo banco de dados (em Excel) de oportunidades e alternativas de fontes de financiamento e doações para o MBRN.**

**3.2.4.** Elaborar uma **proposta “guarda chuva” estruturada em módulos para captação de recursos** com vistas à implementação do Plano de Ação do MBRN. Por **Proposta “Guarda-Chuva”** entende-se: um documento estruturado baseado no plano de ação do MBRN que inclua matriz lógica, programas e atividades, metas, indicadores de atividades e metas, cronograma e orçamento preliminar. Esta proposta “guarda-chuva” deve apoiar os membros do MBRN na elaboração de sub-propostas de projetos e captação de recursos. **PRODUTO ESPERADO III – Projeto ‘guarda-chuva’ que contemple o plano de ação do MBRN contendo no mínimo matriz lógica, programas, atividades, metas, indicadores de atividades e metas, e cronograma físico-financeiro preliminar.**

**3.2.5.** Realizar **oficina(s) com o Conselho do MBRN** para apresentar e validar coletivamente os objetivos, a missão e a visão do MBRN. Por **Oficina(s) com o Conselho do MBRN** entende-se: uma ou mais reuniões de apresentação dos resultados, parciais ou finais dos estudos contratados, buscando envolver, comunicar e validar os conteúdos dos referidos estudos. Espera-se a realização de pelo menos 1 reunião para apresentação final dos documentos. É desejável a realização de pelo menos uma reunião intermediária para validação da missão e plano de ação do MBRN com vistas à adequação das análises previstas nos estudos contratados. O Conselho do MBRN aprovará o documento final

contratado. **PRODUTO ESPERADO IV – Relatório final de atividades contendo registros das atividades desenvolvidas junto ao Conselho do MBRN e demais elementos do documento final (capa, índice, listas de figuras, ilustrações e tabelas, relação dos participantes e colaboradores deste processo, eventuais fotos, registros de áudio, vídeo e eventuais que compõem o relatório final).**

#### 4. ETAPAS E ATIVIDADES

- 4.1. Participar das reuniões técnicas do colegiado e da reunião de planejamento do Conselho do MBRN com base em cronograma definido conjuntamente entre o consultor contratado e o Colegiado de Captação de Recursos do MBRN. O calendário de atividades e reuniões do MBRN será disponibilizado previamente ao início das atividades previstas neste edital.
- 4.2. Apresentar plano de trabalho contemplando cronograma e metodologia para execução dos 5 objetivos específicos deste edital. O plano de trabalho será aprovado pelo Colegiado de Captação de Recursos do MBRN.
- 4.3. Redigir a versão preliminar do documento contendo esboço mínimo dos objetivos específicos 1, 2, 3 e 4 e coletar contribuições dos membros do MBRN.
- 4.4. Apresentar versão parcial revisada ao Colegiado de Captação de Recursos do MBRN e acatar as correções sugeridas pela equipe. Redigir a versão final e apresentar ao conselho do MBRN para aprovação final.

#### 5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os produtos deverão ser entregues em sua versão final por meio digital (CD-ROM) gravados no formato *Word®* (.doc) e *Acrobat®* (.pdf). Os textos deverão ser escritos em língua portuguesa, e entregues também em 02 (duas) vias originais impressas em qualidade “*Laserprint*” ou similar, em papel formato A4, e de acordo com as Normas Brasileiras (ABNT). Todo material utilizado neste processo deverá ser incluído como anexo do relatório final (apresentações em Power Point, fotos, vídeos, gravações de áudio, ilustrações, mapas, etc.)



A formatação dos documentos textuais, tanto na versão preliminar, como na final, deverá observar as seguintes características:

- Texto: fonte *Arial*, tamanho 12, alinhamento *justificado*;
- Páginas numeradas;
- Numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1., etc.);
- Tamanho do papel A4;
- Margens da página: superior/inferior - 2 cm, esquerda - 3 cm, direita - 2 cm  
cabeçalho/rodapé: 1,6 cm;
- Sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda;
- Espaçamento entre linhas de 1,5 no documento preliminar e 1,0 (simples) na versão final.
- Espaço entre parágrafos de uma linha;
- Tabelas e figuras dentro do corpo do texto.

Devem ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos finais e intermediários:

- Tabelas, quadros, croquis, figuras, mapas e quaisquer outras instruções deverão estar enumeradas e apresentar legendas e títulos completos e auto-explicativos.
- As siglas deverão ser explicadas somente na primeira vez em que forem citadas e deverá aparecer uma relação das siglas utilizadas no início do documento;
- Todas as informações georreferenciadas (base de dados), bem como os mapas decorrentes, deverão ser construídos nos formatos *ArcGis®* e *ArcView®*, em conformidade com o modelo de dados do sistema de informações geográficas estruturado.

## 6. CRONOGRAMA E FORMA DE PAGAMENTO

A duração dos trabalhos para elaboração do relatório sistematizado das etapas logísticas do desenvolvimento da expedição como todos os profissionais das diferentes áreas está estimada em um período máximo de 05 (cinco) meses, contados a partir da assinatura do respectivo contrato. A Consultoria contratada deverá apresentar um Plano de Trabalho indicando o tempo de execução de cada uma das atividades propostas e número de dias em que serão entregues os produtos acordados, tendo como data base a assinatura do contrato. Os prazos exigidos pelo contratante estão descritos na Tabela 1.

Os pagamentos serão realizados pela Fundação Vitória Amazônica – FVA, em etapas (como mostra a tabela 1), mediante **apresentação prévia de Nota Fiscal de Serviços e aprovação dos produtos pelo Colegiado de Captação de Recursos do MBRN.** Será dada preferência à contratação de pessoas jurídicas.

**Tabela 1.** Produtos, prazos relativos de entrega e de pagamento.

Produtos		Valor %	Prazos (dias) de entrega após assinatura do contrato	Prazo para pagamento
1.	Assinatura do contrato	0	-	-
2.	Plano de Trabalho	10%	Até 15 dias após assinatura do contrato	Até 10 dias após a entrega do Plano de Trabalho aprovado pelo Colegiado
3.	Produtos I - preliminar	10%	Até 60 dias após o aceite do Plano de trabalho	Até 10 dias após a aprovação do material entregue
4.	Produto II.a e II.b - preliminar	20%	Até 90 dias após o aceite do Plano de trabalho	Até 10 dias após a aprovação do material entregue
5.	Produto III - preliminar	10%	Até 120 dias após o aceite do Plano de trabalho	Até 10 dias após a aprovação do material entregue
6.	Produtos I, II.a e II.b, III e IV finalizados	50%	Até 45 dias após o aceite do produto III	Até 10 dias após a aprovação do material entregue

Qualquer alteração no cronograma de execução das atividades, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

A proposta de custos apresentada no âmbito deste edital deve prever a remuneração dos serviços prestados pelo consultor, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista brasileira, devendo ser deduzidos no ato dos pagamentos os descontos estipulados por lei (IRRF e INSS – para pessoa física). Eventuais custos de deslocamento, hospedagem e alimentação associados a este processo correrão por parte da consultoria contratada. Quaisquer custos relativos às reuniões do Colegiado de Captação de Recursos ou do Conselho do MBRN serão custeados pelos parceiros do mosaico e não devem compor os custos desta proposta.

## 7. QUALIFICAÇÃO

A consultoria selecionada para executar os trabalhos acima descritos deverá apresentar as seguintes características:

- Experiência de no mínimo 05 (anos) anos em projetos de governança de Unidades de Conservação e Mosaicos de UCs; financiamento de UCs e modelagem financeira para conservação; elaboração de Planos de Manejo e ou de Gestão de Unidades de Conservação; gestão ou co-gestão de UCs e Políticas Públicas;
- Equipe com formação acadêmica nas áreas de Administração, Economia, Direito, Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Ecologia, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Agronomia e ou outras áreas correlatas; Equipes com títulos de mestrado e ou doutorado em áreas de interesse serão priorizadas.
- Habilidades específicas em processos de negociação e mediação de conflitos em ambientes complexos e com grande diversidade de atores;
- Boa capacidade de síntese e apresentação de ideias em formato gráfico e escrito;
- Conhecimento aprofundado a cerca da realidade amazônica, seus projetos e iniciativas nacionais e internacionais de conservação, tendências e oportunidades em temas relevantes ao estudo em questão;
- Profundo conhecimento sobre roteiros metodológicos para elaboração de planos de manejo de UCs federais, planos de Gestão no Estado do Amazonas e legislação ambiental, tributária e fiscal pertinente;

## 8. SUPERVISÃO

A supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo do Colegiado de Captação de Recursos do MBRN, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência. O Consultor contratado realizará apresentações dos documentos intermediários e finais ao Conselho quando solicitado. A consultoria

fornece ainda informações complementares e irá considerar, na reformulação dos documentos, as solicitações e observações da equipe de trabalho. Essas solicitações de dados complementares e alterações devem ser efetuadas por escrito e somente poderão repetir-se para um mesmo documento caso a consultoria não tenha atendido integralmente as solicitações realizadas.

## 9. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser encaminhadas de forma digital para o correio eletrônico [rh@fva.org.br](mailto:rh@fva.org.br) com o seguinte título de mensagem **CONSULTORIA SUSTENTABILIDADE MBRN**. O prazo final para apresentação das propostas será dia 05 de fevereiro de 2015 às 18hs (horário de Manaus/AM).

As propostas deverão conter no mínimo:

- apresentação e metodologia;
- cronograma sugerido;
- custos da consultoria e notas explicativas;
- currículo da equipe envolvida.

Para assinatura do contrato e início das atividades, documentos complementares poderão ser solicitados. Dúvidas e questionamentos serão aceitos até dia 01 de fevereiro de 2015.